



CADERNO DE ENCARGOS

NPD 2322000136

**AQUISIÇÃO DE SUBSCRIÇÃO DO LICENCIAMENTO DE FERRAMENTAS DE SEGURANÇA E
RECUPERAÇÃO MICROSOFT ACTIVE DIRECTORY, NO ÂMBITO DE NOVOS PROJETOS E
INICIATIVAS AO ABRIGO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA**



Capítulo I

Disposições Gerais

ARTIGO 1.º

OBJETO DO CONTRATO

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas do contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição e locação pelo **Contraente Público** do licenciamento de ferramentas de segurança e recuperação Microsoft Active Directory, bem como serviços conexos, conforme discriminado no artigo 19º do presente Caderno de Encargos, no âmbito de novos projetos e iniciativas ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

ARTIGO 2.º

CONTRATO

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada; e
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

Capítulo II

Obrigações Contratuais

Secção I

Obrigações da Empresa Prestadora

SUBSECÇÃO I

Disposições Gerais

ARTIGO 3.º

OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO LOCADOR

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o **Locador** as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de disponibilização, instalação, configuração e adaptação dos bens, bem como dos demais serviços identificados na sua proposta;
 - b) Obrigação de prestação da subscrição pelo prazo de 36 meses a contar da aceitação; e
 - c) Obrigação de reparação e manutenção;
 - d) Obrigação de formação da equipa do **Contraente Público**;
 - e) Obrigação de documentar a implementação, configuração e operação da solução;
2. A vigência, superior a 36 meses, da subscrição entre a celebração do contrato e o termo mencionado na alínea b) do número anterior justifica-se pela necessidade de um prazo para entrega e aceitação do bem locado.

ARTIGO 4.º

OUTRAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

1. O **Locador** será o único responsável perante o **Contraente Público** pela boa e pontual execução do contrato, incluindo pelas atividades desenvolvidas ao seu serviço, ou por sua conta, por terceiros **subcontratados ou com qualquer outro tipo de vínculo**.
2. O **Locador** será igualmente responsável pelos danos causados pelo incumprimento e/ou cumprimento defeituoso do objeto do contrato, devidos a negligência, quebra de sigilo e não cumprimento das disposições regulamentares aplicáveis a este tipo de trabalho.

ARTIGO 5.º

CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DOS BENS

1. O **Locador** obriga-se a disponibilizar ao **Contraente Público** os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
3. O **Locador** é responsável perante o **Contraente Público** por qualquer defeito ou discrepância dos bens e da prestação de serviços associada, com o estipulado no contrato.

ARTIGO 6.º

ENTREGA DOS BENS

1. O **Locador** obriga-se a entregar, instalar, configurar e adaptar os bens objeto do contrato na morada da sede do **Contraente Público** situada em Oeiras no prazo de **20 dias úteis** a contar da celebração do contrato, salvo diferente determinação deste comunicada com a antecedência razoável.



2. O **Locador** obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a disponibilização dos bens objeto do contrato, todos os documentos, em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.
3. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de disponibilização e com a respetiva instalação são da responsabilidade do **Locador**.
4. O **Locador** obriga-se a prestar os serviços de instalação, configuração e adaptação de acordo com as seguintes regras:
 - a) Os serviços serão prestados na sede do **Contraente Público**, nos dias úteis, das 9 horas às 18 horas;
 - b) As tarefas serão planeadas e executadas de acordo com as prioridades definidas pelo **Contraente Público**.

ARTIGO 7.º INSPEÇÃO E TESTES

1. Efetuada a entrega, instalação, configuração e adaptação dos bens objeto do contrato, o **Contraente Público**, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no prazo de 5 dias, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades, características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. A inspeção qualitativa a que se refere o número anterior é efetuada através dos testes.
3. Durante a fase de realização de testes, o **Locador** deve prestar ao **Contraente Público** toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.

ARTIGO 8.º INOPERACIONALIDADE, DEFEITOS OU DISCREPÂNCIAS

1. No caso de os testes previstos no artigo anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, o **Contraente Público** deve informar, por escrito, o **Locador**.
2. No caso previsto no número anterior, o **Locador** deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo **Contraente Público**, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.



3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo **Locador**, no prazo respetivo, o **Contraente Público** procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos do artigo anterior.

ARTIGO 9.º **ACEITAÇÃO DOS BENS**

1. Caso os testes a que se refere o artigo 7.º comprovem a total operacionalidade dos bens e dos serviços objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta, deve ser emitido, no prazo de **15 dias**, um auto de receção, assinado pelos representantes do **Locador** e do **Contraente Público**.
2. A assinatura do auto a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos equipamentos objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos.

ARTIGO 10.º **MANUTENÇÃO**

As obrigações de manutenção da subscrição compreendem, ainda:

- a) A entrega, instalação, configuração e adaptação das atualizações (“patches”, “updates” e “upgrades” de versão) durante o período da subscrição, no prazo de 5 dias a contar da comercialização;
- b) A mão-de-obra;
- c) O suporte, on line ou telefónico, necessário ao bom desempenho do software, ininterruptamente (24hx365dias) de acordo com os tempos de resposta definidos no Anexo III (NÍVEIS DE GRAVIDADE).

ARTIGO 11.º **FORMA E EXECUÇÃO DO CONTRATO**

1. Dada a natureza administrativa do contrato e a especial tecnicidade do respetivo âmbito, a execução será feita em estreita articulação com a equipa de projeto do **Contraente Público** e de acordo com as regras referidas no presente documento e nos artigos 303.º a 305.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O **Locador** obriga-se a comunicar ao **Contraente Público**, durante a execução do contrato, informações detalhadas sobre o funcionamento das atualizações.



ARTIGO 12.º

EXIGÊNCIA DE QUALIDADE

1. O **Locador** obriga-se a executar os trabalhos de acordo com as normas e os princípios de qualidade pertinentes, bem como com as regras técnicas, a avaliar segundo o critério da melhor prática profissional, designadamente, no domínio das tecnologias de informação.
2. Em especial, o **Locador** fica ainda obrigado a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita, completa e atempada execução das tarefas a seu cargo, incluindo o apoio do fabricante da solução.

Subsecção II

Dever de sigilo e confidencialidade e normas de acesso às instalações

ARTIGO 13.º

SIGILO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

1. O **Locador** deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ou detida pelo **Contraente Público**, de que possa ter conhecimento ao abrigo do contrato, nos termos legalmente previstos, designadamente, no Regulamento Geral de Proteção de Dados e na legislação nacional que o execute, relativa à proteção de dados pessoais.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo, a informação e a documentação que o **Locador** seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. Em especial, o **Locador** obriga-se:
 - a) A respeitar a confidencialidade sobre todos os dados disponibilizados pela ou pelas entidades envolvidas no projeto, bem como pelas informações de carácter pessoal ou processual dos beneficiários e contribuintes da Segurança Social, não os disponibilizando a quaisquer outras entidades; e
 - b) Apagar ou destruir, no final do contrato, todo e qualquer tipo de registo (magnético ou em papel) relacionado com os dados pessoais tratados, bem como os que o **Contraente Público** considere como de acesso privilegiado.
5. De igual forma, o **Locador** garante que terceiros que utilize na execução dos serviços respeitam os deveres referidos.



6. No âmbito das obrigações referidas no número anterior, o **Locador** obriga-se a entregar ao **Contraente Público** cópias das declarações de sigilo assinadas pelos terceiros que utilize diretamente na execução do contrato, nos termos da minuta constante do **Anexo I** do presente caderno de encargos.
7. Os trabalhos e a utilização dos recursos pelo **Locador** não se iniciarão antes da entrega das declarações de sigilo.

ARTIGO 14.º

PRAZO DO DEVER DE SIGILO

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dez anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas públicas.

Secção II

Obrigações do Contraente Público

ARTIGO 15.º

PREÇO CONTRATUAL

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a **Contraente Público** obriga-se a pagar ao **Locador** o preço até ao máximo constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao **Contraente Público** nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. O preço base global é de **400 000,00 EUR** (quatrocentos mil euros), a que acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor, para o período de 36 meses, distribuído pelas seguintes parcelas:
 - a) Preço da subscrição do licenciamento de exploração das soluções *Active Directory Forest Recovery* (ADFR) e *Directory Services Protector Platform* (DSP), mencionado no número 1 do artigo 19.º do presente Caderno de Encargos, **375 000,00 EUR** (trezentos e setenta e cinco mil euros), ao qual acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor;
 - b) Preço dos serviços conexos mencionados no número 3 do artigo 19.º do presente Caderno de Encargos, **25 000,00 EUR** (vinte e cinco mil euros), ao qual acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor;



ARTIGO 16.º

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. A(s) quantia(s) devidas pelo **Contraente Público**, nos termos do artigo anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de trinta dias após a receção da respetiva fatura, a qual só pode ser emitida com o vencimento da obrigação respetiva.
2. O pagamento dos serviços conexos definidos no nº 3 do artigo 19.º é efetuado após a aceitação por parte do **Contraente Público**.
3. O pagamento da subscrição do licenciamento das soluções *Active Directory Forest Recovery* e *Directory Services Protector Platform* é efetuado em 36 prestações mensais e sucessivas, com vencimento, a primeira, 30 dias após a aceitação.
4. Em caso de discordância por parte do **Contraente Público**, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao **Locador** por escrito, os respetivos fundamentos, ficando esta obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Para os efeitos dos números anteriores, as obrigações só se vencerão se os bens e serviços tiverem sido aceites pelo **Contraente Público**.
6. Sob pena de devolução, a fatura deve ser explícita quanto ao objeto do contrato, e incluir o n.º do pedido e compromisso a transmitir pelo **Contraente Público** aquando da celebração do contrato.

Capítulo III

Penalidades Contratuais e Resolução

ARTIGO 17.º

PENALIDADES CONTRATUAIS

1. Nos casos de atraso no cumprimento das obrigações referidas no n.º 1 do artigo 6.º, nº 2 do artigo 8º, alíneas a) do artigo 10.º e pontos 3.1, 3.2 e 3.3 do artigo 19.º do presente caderno de encargos, por motivos imputáveis ao **Locador** ou a terceiros que utilize no cumprimento da obrigação, ser-lhe-á aplicada uma penalidade no montante de 500 EUR por cada dia de atraso.
2. Nos casos de não funcionamento do bem, por motivos imputáveis ao **Locador** ou a terceiros que esta utilize no cumprimento da obrigação, ser-lhe-á aplicada uma penalidade no montante de 100 EUR, por cada 60 minutos seguidos ou interpolados.
3. Nos casos de atraso no cumprimento das obrigações de resposta previstas na alínea c) do artigo 10.º do presente caderno de encargos, relacionadas com os tempos de resposta, por motivos imputáveis ao **Locador** ou a terceiros que esta utilize no cumprimento da obrigação, ser-lhe-á aplicada uma penalidade de acordo com as seguintes regras e as constantes do Anexo III.

- a) Gravidade 1: 300 EUR, por cada hora de atraso.
 - b) Gravidade 2: 150 EUR, por cada hora de atraso.
 - c) Gravidade 3: 50 EUR por cada dia de atraso.
4. Nos casos de atraso no cumprimento das obrigações de resolução previstas no nº 4 do Anexo III do presente caderno de encargos, por motivos imputáveis ao **Locador** ou a terceiros que esta utilize no cumprimento da obrigação, ser-lhe-á aplicada uma penalidade de acordo com as seguintes regras:
- d) Gravidade 1: 1000€, por cada hora de atraso.
 - e) Gravidade 2: 200€, por hora de atraso.
 - f) Gravidade 3: 75€, por cada dia de atraso.
5. Sem prejuízo das penalidades, a retribuição da subscrição não será devida pelo período de tempo em que os bens não funcionem, por motivos imputáveis ao **Locador** ou a terceiros que utilize no cumprimento da obrigação.
6. Considera-se de especial gravidade a violação pelo **Locador** do dever de sigilo.
7. O atraso no pagamento do preço constitui o **Contraente Público** na obrigação de pagar juros à taxa legalmente devida.
8. Na determinação da gravidade do incumprimento, o **Contraente Público** tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do **Locador** e as consequências do incumprimento.

ARTIGO 18.º

FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas sanções ou exigidas indemnizações quando a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do **Locador**, na parte em que intervenham;

- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do **Locador** ou a grupos de sociedades em que esta se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo **Locador** de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo **Locador** de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do **Locador** cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do **Locador** não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros;
 - h) A atual situação epidémica SARS-CoV-2;
 - i) Eventos relacionados com o conflito na Ucrânia.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CAPÍTULO IV CLÁUSULAS DE CONTEÚDO TÉCNICO

ARTIGO 19º SUBSCRIÇÃO E SERVIÇOS CONEXOS

1. O software a subscrever é o seguinte:

Produto ou equivalente
Licenciamento das soluções ADFR (<i>Active Directory Forest Recovery</i>) e DSP (<i>Directory Services Protector Platform</i>).
A solução equivalente objeto da subscrição deverá operar sobre o produto Microsoft Active Directory

2. Os requisitos mínimos são os seguintes:

I. Active Directory Forest Recovery

- i. Possibilitar a realização, totalmente automática e orquestrada, de todos os processos de recuperação da Active Directory, caso os Domain Controllers sejam comprometidos, encriptados ou totalmente apagados;
- ii. Reduzir o *downtime* da Active Directory devido a incidentes para um máximo de 4 horas;
- iii. Evitar o erro humano;
- iv. Eliminar o risco de reintrodução de *malware*.



II. Directory Services Protector Platform

- i. *Tracking*, deteção, alerta e reversão de alterações não autorizadas, que ocorram nos sistemas de identidade, quer se verifique *on-prem* ou na *cloud*;
- ii. Minimizar as possibilidades de ataques;
- iii. Deteção avançada de ataques;
- iv. Reversão automática de alterações suspeitas cujo risco de esperar por intervenção humana é elevado;
- v. Acelerar a resposta a incidentes de segurança.

3. Serviços de instalação, configuração, adaptação e formação da Solução devem contemplar as seguintes atividades:

- a) Preparação inicial de todo o trabalho com elaboração de cronograma das restantes atividades;
- b) Levantamento e validação de requisitos do ambiente do **Contraente Público**, incluindo a identificação de todos os objetos da AD, redes, localizações e segurança;
- c) Implementação da infraestrutura de suporte;
- d) Instalação, configuração e adaptação;
- e) Customização e ajustes finais;
- f) Testes de validação e aceitação;
- g) Passagem a exploração;
- h) Suporte pós-passagem a exploração;
- i) Formação da equipa do **Contraente Público**;
- j) Documentação da implementação, configuração, adaptação e operação da solução.

3.1 As atividades constantes das alíneas a) a h) devem estar concluídas no prazo de 20 dias úteis a contar da celebração do contrato;

3.2 A formação da equipa deverá ocorrer no prazo de 5 dias úteis a contar da aceitação;

3.3 A documentação constante da alínea j) deverá ser entregue no prazo de 5 dias a contar da conclusão da formação.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS



ARTIGO 20.º

TRABALHADORES

O **Locador** obriga-se a cumprir com as obrigações decorrentes da legislação sobre trabalhadores estrangeiros, trabalho e segurança social.

ARTIGO 21.º

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

ARTIGO 22.º

FORO COMPETENTE

As partes convencionam que todos os litígios emergentes do presente contrato serão resolvidos no foro administrativo da sede do **Contraente Público** com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 23.º

CAUÇÃO

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do Programa do Procedimento, pode ser executada pelo **Contraente Público**, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo prestador de serviços das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
2. A resolução do contrato pelo Contraente Público não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.



ARTIGO 24.º

CESSÃO DE CRÉDITOS

A cessão de créditos, designadamente no âmbito de contrato de “factoring” carece de autorização do **Contraente Público**.

ARTIGO 25.º

CÓDIGO DE CONDUTA

O **Locador** deve respeitar as regras consagradas no Código de Conduta de Fornecedores publicitado em www.seg-social.pt (“A Segurança Social” -> “Organismos” -> “Instituto de Informática, I.P.” -> “Sistema de Gestão” -> “Plano de Integridade e Transparência”), página 64 do *Plano de Integridade e Transparência*.

ARTIGO 26.º

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Em virtude do necessário tratamento de dados pessoais inerente ao objeto do presente contrato, as Partes acordam em celebrar um Acordo de Processamento de Dados, o qual faz parte integrante do contrato e se junta para todos os devidos e legais efeitos como **Anexo II**.

ARTIGO 27.º

AVALIAÇÃO DO FORNECEDOR/ENTIDADE PRESTADORA

O presente contrato será avaliado segundo os critérios do Manual de Avaliação de Fornecedores do **Contraente Público**, que se encontra publicado em www.seg-social.pt (“A Segurança Social” -> “Organismos” -> “Instituto de Informática, I.P.” -> “Manual de Avaliação de Fornecedores”).

ARTIGO 28.º

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

São aplicáveis, em especial, ao presente contrato os Capítulos IV e V do Título I e Capítulo III e V do Título II, da Parte III do Código dos Contratos Públicos.



ANEXO I

Compromisso de confidencialidade

NPD 2322000136

(minuta)

Entre:

EMPRESA e

xxxxxxxxxxx Trabalhador/Colaborador,

CONSIDERANDO QUE:

- a) A **EMPRESA** vai prestar serviços que podem implicar a necessidade de aceder a informação ou a recursos de processamento de informação sob responsabilidade do Instituto de Informática, I.P.;
- b) O II, I.P. no exercício das suas atribuições tem acesso ou possui dados de natureza pessoal, técnica, económica ou financeira do sistema da Segurança Social que podem vir a ser conhecidos pela **EMPRESA** no desenvolvimento dos serviços;
- c) Se torna necessário proteger a confidencialidade desses dados;
- d) O II, I.P. é detentor de elementos tecnológicos de base (Know-how e direitos de propriedade industrial e intelectual) nos quais assume a obrigação de manter a confidencialidade, obrigação essa que é extensível a todos os seus colaboradores ou outras pessoas que, de algum modo, possam ter acesso às informações transferidas;
- e) O II, I.P., enquanto proprietário de múltiplos direitos sobre produtos resultado da investigação e desenvolvimento, pretende salvaguardar a confidencialidade dos mesmos para que possa, nomeadamente, assumir perante terceiros obrigações referentes aos seus próprios direitos;

é celebrado o acordo que consta das cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

O Trabalhador/Colaborador obriga-se a:

- a) Não divulgar nem fazer uso, de qualquer tipo e por qualquer meio, de toda a informação a que venha a ter acesso em virtude do vínculo que liga a **EMPRESA** ao II, I.P., salvo e na medida em que tal seja necessário para o exercício estrito das suas funções;



b) Manter sigilo sobre a organização, os métodos de trabalho, os negócios, as informações, os produtos, os materiais, os protótipos e sobre toda a documentação técnica que façam parte do Know-how, da propriedade ou estejam na posse dos serviços e organismos da Segurança Social, ou que a estes tenha sido cedido por terceiros;

c) Não fazer cópias de suportes magnéticos ou de manuais de produtos de software que pertençam ou que tenham sido facultados ao II, I.P. e aos serviços e organismos da Segurança Social, salvo se facultados pela própria **EMPRESA** para uso não exclusivo do II, I.P. ou se para tanto obtiver uma autorização, formulada por escrito, pelo seu responsável direto;

Cláusula 2ª

As obrigações assumidas nesta cláusula continuarão por um período de 10 anos após a extinção do contrato entre o II, I.P. e a **EMPRESA** sem prejuízo dos prazos de proteção dos direitos de propriedade intelectual ou outros legalmente fixados.

Lisboa, (dia) de (mês) de 20XX.

A Entidade Patronal

O Trabalhador/Colaborador



ANEXO II

Acordo de Processamento de Dados - Subcontratação

Considerando que:

- A. A **Empresa Prestadora** procederá ao tratamento de dados pessoais, de acordo com as especificações definidas no caderno de encargos;
- B. O Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, publicado no JOUE de 04 de maio de 2016, que aprova o Regulamento Geral de Proteção de Dados (de ora em diante RGPD), impõe um conjunto de obrigações na relação entre Responsáveis pelo tratamento e Subcontratantes, no que respeita ao tratamento de dados pessoais;
- C. O **Contraente Público**, que age na qualidade de Subcontratante, tem obrigação de celebrar um acordo de processamento de dados com os seus Subcontratantes, por forma a garantir o cumprimento das regras subjacentes à recolha e tratamento de Dados Pessoais, segurança e privacidade de Dados definidas pelos Responsáveis pelo tratamento, de acordo com as exigências do RGPD;
- D. Pelo presente Acordo, serão estabelecidas as obrigações e deveres de ambas as Partes, para garantia de cumprimento do disposto no Considerando anterior.

É reciprocamente aceite o presente Acordo que se regerá pelos Considerandos anteriores, pelas cláusulas seguintes e pelos seus Anexos e, no que for omissivo, pela legislação aplicável:

Cláusula Primeira

Objeto e Finalidades de Tratamento

1. As Partes obrigam-se a definir e implementar as medidas técnicas e organizativas necessárias e adequadas ao cumprimento do RGPD e respetiva legislação nacional de execução, tendo em consideração o propósito do estabelecimento da relação entre as Entidades, bem como as inerentes atividades de recolha e tratamento de dados pessoais.
2. O presente Acordo tem por objeto o tratamento, especialmente, a conservação de dados pessoais no âmbito da **Subscrição do licenciamento de ferramentas de segurança e recuperação Microsoft Active Directory**.

Cláusula Segunda

Categorias de Dados Pessoais envolvidos

São objeto de tratamento, para efeitos do presente Acordo, os dados pessoais relativos ao endereço IP de origem do posto de trabalho e informação de localização associada.



Cláusula Terceira

Responsáveis pelo tratamento e Subcontratantes

No âmbito do presente Acordo, são considerados Responsáveis pelo tratamento os serviços e organismos constantes do decreto-lei n.º 167-C/2013, de 31 de dezembro e os equivalentes ISSA, IPRA e ISSM, IP-RAM, e como Subcontratantes, o **Contraente Público** e a **Empresa Prestadora**.

Cláusula Quarta

Obrigações dos Subcontratantes

1. Constituem obrigações da **EMPRESA PRESTADORA** e dos Subcontratantes ulteriores:
 - a. Não subcontratar quaisquer Entidades para a prossecução de atividades, das quais resultem tratamento de Dados Pessoais, salvo quando exista autorização prévia e por escrito dos Responsáveis pelo tratamento ou do **CONTRAENTE PÚBLICO**;
 - b. Fornecer toda a informação que lhes for solicitada, quer pelos Responsáveis pelo tratamento, quer pela Autoridade de Controlo, relativamente aos tratamentos dos dados, cujas finalidades se encontram definidas na Cláusula 1.ª;
 - c. Adotar as políticas de segurança e privacidade definidas na Cláusula Quinta;
 - d. Obter as certificações exigidas legalmente, sempre que tais certificações contribuam de forma significativa para garantir eficazmente a proteção de dados pessoais;
 - e. Garantir, em conjunto com os Responsáveis pelo tratamento e o **CONTRAENTE PÚBLICO**, o exercício por partes dos titulares dos dados pessoais dos direitos de informação, acesso, retificação, apagamento, oposição e limitação
 - f. A **EMPRESA PRESTADORA** constitui-se ainda na obrigação de permitir que o **CONTRAENTE PÚBLICO** proceda a auditorias regulares, como forma de assegurar que a execução do objeto do contrato é efetuada de acordo com as instruções indicadas e as medidas de segurança e privacidade definidas por aquele, incluindo as destinadas à verificação do cumprimento da alínea b) do n.º 4 do artigo 10.º do caderno de encargos;
 - g. Assumir um compromisso de confidencialidade, quer com os trabalhadores que participem em operações de tratamento de dados pessoais, quer com colaboradores de entidades subcontratadas, desde que expressamente autorizadas pelo Responsável pelo tratamento.
 - h. Não transferir os dados pessoais para um país fora da União Europeia ou para uma organização internacional, salvo quando exista autorização prévia e por escrito dos Responsáveis pelo tratamento ou do **CONTRAENTE PÚBLICO**.
 - i. Inserir as obrigações sobre tratamento de dados, segurança e privacidade, previstas no contrato ou no acordo, nos contratos que celebrarem com subcontratantes ulteriores.
2. A **EMPRESA PRESTADORA** garante o cumprimento das obrigações por si contraídas neste acordo, caso exista subcontratação ulterior.



Cláusula Quinta

Medidas de Segurança e Privacidade

1. Para garantia de cumprimento do disposto no artigo 32.º do RGPD, deverão ser adotados padrões de segurança organizacional e tecnológica, com recurso a práticas eficazes na gestão de segurança da informação, para efeitos de proteção da confidencialidade, integridade e acesso àquela.
2. No âmbito do presente Acordo e para cumprimento do objeto do mesmo, deverão ser adotadas as medidas técnicas e organizacionais pertinentes para garantir um nível de segurança dos dados pessoais adequado ao risco, bem como contra destruição, perda, alteração, divulgação não autorizada, acesso accidental ou legal.
3. O previsto concretiza-se através da implementação das medidas definidas pelo standard internacional ISO/IEC 27001:20013, bem como das normas comunitárias, da legislação e das recomendações nacionais específicas em matéria de segurança da informação.
4. Nos termos e para os efeitos do disposto nos números 1 e 2, da presente Cláusula, deverão ser adotadas as medidas de segurança compatíveis com a Política de Segurança e Privacidade do **CONTRAENTE PÚBLICO**.

Cláusula Sexta

Confidencialidade

1. Para efeitos do presente Acordo, as Partes obrigam-se a não divulgar e/ou publicar qualquer informação a que tenham acesso, no âmbito da execução das suas atribuições.
2. A obrigação de confidencialidade prevista na presente cláusula, vincula as Partes durante a vigência do presente contrato e subsiste após a sua cessação, independentemente da causa da sua cessação.
3. A obrigação referida no n.º 1, cessa se a informação for do conhecimento público, exceto se tal acontecer em razão da violação do dever de confidencialidade imposto por esta cláusula.

Cláusula Sétima

Suspensão e/ou Resolução

1. A existência de fortes indícios de incumprimento do presente Acordo, de qualquer natureza, e/ou de incumprimento dos normativos constantes do RGPD e da legislação nacional de execução, é causa bastante para a suspensão do Contrato.
2. A efetiva existência de uma situação de incumprimento, quer do presente Acordo, quer dos normativos constantes do RGPD e da legislação nacional de execução, é causa bastante para a resolução do Contrato.
3. A verificação do disposto em qualquer dos números anteriores, tem como consequência direta a cessação da execução do presente Acordo.



Cláusula Oitava

Vigência

O presente acordo de processamento de dados inicia os seus efeitos com o visto ou declaração de conformidade do contrato da **Subscrição do licenciamento de ferramentas de segurança e recuperação Microsoft Active Directory**.



ANEXO III

NÍVEIS DE GRAVIDADE

Compete ao **Contraente Público** qualificar a gravidade dos incidentes ou problemas em função dos seguintes níveis:

1. Gravidade 1 (emergência)

- Paragem total ou parcial da solução;
- Impossibilidade de operação da solução ou Active Directory ou indisponibilidade das suas interfaces de comunicação com o exterior da plataforma;
- Falhas de serviço, intermitentes ou não, que afetem a utilização do mesmo para um universo de utilizadores significativo;
- Falhas ou situações que elevem significativamente a probabilidade de ocorrência de uma quebra de serviço;
- Problemas que originem a utilização fraudulenta do serviço;
- Falhas graves de alarmística de serviço ou plataforma.

Tempo de resposta

Resposta ao **Contraente Público** no prazo de 2 horas após a notificação da ocorrência

2. Gravidade 2 (problema crítico)

- Falha de redundância;
- Falhas em facilidades da solução sem impacto nos clientes;
- Falhas de serviço que sejam considerados como casos de utilizadores isolados, sem afetação geral;
- Falhas de produção de indicadores estatísticos.

Tempo de resposta

Resposta ao **Contraente Público** no prazo de 4 horas após a notificação da ocorrência

3. Gravidade 3 (problema não crítico)

Situações de falha que não afetam o serviço, nem a normal operação. Falhas de documentação
Simples esclarecimentos técnicos

Tempo de resposta

Resposta ao **Contraente Público** no dia útil seguinte



4. Os tempos de resolução serão fixados de forma razoável pelo **Contraente Público**, tendo em conta a gravidade.